

Modelos semióticos e estratégicos¹

Juan Alonso Aldama

Resumo: Este artigo visa pensar a estratégia, que em sua origem era estritamente uma metodologia da ação, como modelo semiótico. Para isso, toma como objeto a descrição literária da guerra de guerrilha praticada pelos árabes contra os turcos na sua histórica revolta contra o Império Otomano entre 1916 e 1918. A hipótese é que o êxito da estratégia adotada pelos árabes deve-se ao rompimento da guerrilha com um programa narrativo clássico, no qual se reconhece claramente um sujeito e um percurso de busca por um objeto-valor. Ao romper com um percurso narrativo canônico, o modelo de comportamento estratégico da guerrilha escapa à inteligibilidade e apela para o emocional. A guerrilha manifesta-se, antes de tudo, como dispositivo tensivo: uma ameaça absoluta, constante e indefinida que pode ser melhor compreendida à luz de uma “semiótica dos acontecimentos”.

Palavras-chave: semiótica da estratégia; guerrilha; percurso narrativo

Abstract: Semiotic and strategic models – This article discusses the concept of strategy – whose origin was strictly a methodology of action – as a semiotic model. To this end, it takes as its object a literary description of guerrilla warfare as practiced by the Arabs against the Turks in their historical revolt against the Ottoman Empire from 1916 to 1918. The hypothesis here is that the success of the strategy the Arabs adopted is due to the guerrillas’ break from a classical narrative program, which is circumscribed by a clearly recognized subject and the quest for a value-object. By breaking away from the canonical narrative schema, the model of strategic behavior of guerrilla warfare escapes from intelligibility and appeals to the emotional. Guerrilla warfare is manifested, above all, as a tensional device: an absolute, constant and undefined threat, which can be better understood in the light of a “semiotic of events”.

Key words: semiotics; strategy; guerrilla warfare; narrative itinerary

¹ Tradução autorizada pelo autor da versão francesa, publicada em *Modèles Linguistiques*, T. XXIV-1, 2003, V. 47, realizada por Marisa Giannechini G. de Souza e Vera Lucia Rodella Abriata.

A estratégia que, em sua origem, era uma metodologia da ação estritamente militar – o estrategista era o chefe do exército e a estratégia, a arte do comando das tropas – tornou-se uma teoria geral da ação humana. Ela aparece hoje mais como uma atividade do pensamento do que como “a arte do general”: apóia-se em representações intelectuais e não mais em objetos (tropas, terreno etc.). Essa mudança provocou a requalificação de certos elementos que antes pertenciam à esfera da estratégia e que, a partir de agora, farão parte do domínio da tática e, por outro lado, deu lugar ao aparecimento de uma espécie de percurso gerativo da estratégia. De fato, a dissociação da estratégia em diferentes níveis superpostos e interdependentes é substituída por aquilo que Jean Paul Charnay chama “estratégia gerativa” funcionando como um modelo hipotético-dedutivo (Charnay, 1992). A estratégia abandonou, então, o campo de batalha para tornar-se uma verdadeira meta-semiótica, pois invadiu – com seu próprio modelo – outras semióticas-objeto (discurso político, marketing, economia).

A estratégia, que foi em princípio uma “arte” – muitos tratados estratégicos chamavam-se “arte da guerra”, isto é, um conjunto de receitas e procedimentos mais ou menos conceitualizados –, tornou-se uma teoria da representação do real ao mesmo tempo que uma conceitualização abstrata. O último passo realizado pela estratégia sobre essa via, sempre em busca de maior generalização e abstração, é o de se tornar uma epistemologia da ação, o que se deve principalmente ao conjunto dos fenômenos que ela recobre. Assim, surgiu a chamada “metaestratégia”, que englobaria todas as análises estratégicas, todos os modelos e todos os comportamentos estratégicos.

A questão que nos interessa é a das relações entre, por um lado, o modelo proposto pela semiótica narrativa e, por outro, os discursos e as estratégias concretas. Qual deve ser a aproximação dos discursos ou das ações estratégicas que não parecem seguir nenhum modelo geral conhecido? Em particular, de que modo dar conta em termos semióticos de práticas estratégicas alheias à gramática narrativa tradicional? Apresentaremos um caso de incompatibilidade entre os modelos estratégicos clássicos e certos comportamentos estratégicos efetivos. Veremos como, a partir desses comportamentos, podem-se construir modelos diferentes.

Cultura estratégica e semiótica das culturas

A partir dos anos 1980, houve um grande desenvolvimento das análises chamadas culturas estratégicas. Depois de décadas de pensamento voltado à

construção de um modelo geral e abstrato da guerra – com uma aplicação generalizada dos modelos matemáticos –, apareceu a necessidade de levar-se em conta os dados culturais dos participantes nesses “jogos de guerra”. Isso deu lugar a uma nova corrente teórica, que poderíamos chamar “antropologia da estratégia”, cuja finalidade seria precisamente a de abarcar as diferentes formas que a guerra adota, segundo a tradição histórica e cultural dos atores envolvidos (De Landa, 1991; Joxe, 1991). A noção de cultura estratégica permitiu, todavia, aprofundar a de estilo de guerra, já presente na teoria da guerra, mas que se apresentava ainda como variável do modelo geral da Grande Estratégia quando, com o conceito de cultura estratégica, pode se começar a construir modelos locais desse tipo de ação (Poirier, 1997:149-74).

O estudo das formas de vida, em certo sentido, levou a teoria semiótica a realizar um percurso similar àquele realizado pela teoria estratégica. O abandono da idéia da universalidade de certos modelos caminha *pari passu* com o desenvolvimento de uma semiótica da cultura e das culturas que, de certa maneira, recupera um velho princípio da semiótica, o de sua vocação antropológica e de teoria geral da cultura. Nesse sentido, a proposta de nosso trabalho é relacionar diversas culturas e tradições estratégicas com diferentes modelos semióticos de racionalidade. Mais especificamente, nossa hipótese de partida é a da necessidade da existência dessa relação. Em outros termos, pensamos que, sob cada modelo estratégico, esconde-se um modelo semiótico, que todas as teorizações e práticas de guerra são diretamente ligadas a diferentes concepções do surgimento do sentido e que tanto umas como outras são, por sua vez, ligadas às áreas culturais nas quais se desenvolveram. Por conseqüência, este trabalho defende uma semiótica das culturas e, nessa hipótese, uma semiótica das culturas estratégicas, uma semiótica das formas da guerra em espaços e tempos diferentes.

Do nosso ponto de vista, o estudo semiótico das diversas tradições estratégicas, sobretudo as outras que não as do Ocidente, mostra a necessidade de imaginar modelos de explicação da significação que não coincidam completamente com aquele que até recentemente considerávamos como único e universal² e que nos parece hoje dependente da área cultural na qual ele se desenvolveu. Não é

² Ver a esse respeito tanto a revisão, realizada por C. Zilberberg (1993), do esquema narrativo clássico, quanto as propostas de uma teoria do ajustamento sensível entre os participantes da interação (Landowski, 2003, 2005).

arriscado afirmar o parentesco existente entre o modelo estratégico ocidental, modo pelo qual o Ocidente imaginou e fez a guerra, e o modelo narrativo oriundo dos trabalhos de Propp. Pensamos que a grande teoria estratégica clássica, em particular aquela elaborada por Von Clausewitz (que continuou ao menos até a guerra do Vietnã), cujas origens remetem à Grécia antiga com a falange hoplita (Hanson 1989), fundamenta-se na idéia de programação, com um sujeito bem definido, sendo a batalha a ação definitiva que produz uma transformação discreta do estado das coisas. Essa filosofia estratégica que glorifica o herói – não é por acaso que a figura do irregular e do terrorista sempre provoca mal-estar no Ocidente – está diretamente ligada à narração, à narrativa e à epopéia. Em outros termos, parece evidente a relação entre a concepção da guerra em uma cultura particular e o modelo de explicação do surgimento do sentido para essa mesma cultura.

Se observarmos alhures, no entanto, em outras tradições estratégicas, não podemos considerar definitivos certos dados da teoria semiótica. Se, como assinala François Jullien (1996), não houve epopéia fundadora na China, poderíamos dificilmente aplicar às “narrativas” dessa civilização, ao menos de maneira estrita, o modelo semionarrativo. Toda cultura chinesa, estratégica ou não, rejeita a idéia de acontecimento, apaga todo traço de subjetividade e considera o futuro como um puro fluxo contínuo, desprovido, ao menos é essa a aspiração dessa cultura, de saliências discretas e descontinuidades.

A guerrilha e a teoria estratégica

Um outro caso que, de certa maneira, escapa à teoria estratégica ocidental e propõe algum problema à semiótica narrativa, se bem que de modo menos radical do que o da cultura chinesa, é o da guerrilha árabe da qual iremos ocupar neste artigo. Concretamente, trata-se da guerra de guerrilha praticada e conduzida por Lawrence – estratégia que ele descreverá e teorizará mais tarde – durante a Revolta Árabe contra o Império otomano entre 1916 e 1918. Como se sabe, Thomas Edward Lawrence conta essa experiência em seu livro *Of Wisdom*, publicado pela primeira vez em 1926. Em um dos capítulos dessa obra, o 33º, assim como em um artigo posterior intitulado *Guerrilla warfare* e publicado na Enciclopédia Britânica (1992:1125-37), Lawrence desenvolve suas idéias sobre a guerra de guerrilha praticada pelos árabes contra os turcos. Esses dois textos, em particular o capítulo citado dos *Seven Pillars*, têm a originalidade de ser a primeira teorização da guerrilha e da não-batalha no Ocidente e conteriam,

segundo Lucien Poirier (1997a:93), “algumas das páginas mais surpreendentes que se escreveram, desde o começo do século, sobre a natureza da guerra”.

A teorização da não-batalha feita por Lawrence o aproxima mais, de certo ponto de vista, da estratégia chinesa do que da tradição ocidental. Não é surpreendente vê-lo se basear mais em Maurice de Saxe, segundo o qual um general hábil poderia fazer a guerra durante toda sua vida sem se deixar levar ao combate, do que em Von Clausewitz, para quem a batalha é o ato fundamental da guerra. Compreende-se então que Lawrence (1992) declare que uma “revolta se assemelha mais à paz do que à guerra”. Essa nova forma de pensar e de fazer a guerra deixou perplexos os contemporâneos e as gerações seguintes de jovens oficiais educados na escola de Clausewitz e de Foch, pelo fato de que ela propunha um problema insolúvel do ponto de vista do modelo estratégico clássico: a guerrilha lhes era literalmente incompreensível. Nesse sentido, as linhas do general Poirier, transcritas a seguir, constituem um bom exemplo dessa incompreensão:

Mas, paralisados pelo estilo que dez séculos de Europa haviam conferido à guerra, nós não apontávamos, sob a paixão e a arte literária intensificando o menor acontecimento da Revolta árabe ou da guerra da China, senão desordem estéril, agitação absurda, movimentos brownians de diletantes que ignoravam as lições da grande política e da Grande Guerra. Os conflitos incoerentes que eles descreviam, nós hesitávamos em denominá-los guerras; turbulências, grandes revoluções cujo desenvolvimento e implicações se recusavam a se organizar segundo o esquema de manuais. Fenômenos político-sociológicos descontínuos... (Poirier, 1997a:18-9).

Esses oficiais viam uma falta de sentido na guerra empreendida pelos árabes, porque a essa revolta faltava uma lógica narrativa em cuja ausência o conflito se tornava uma pura agitação sem fundamento. Se a guerra, de certa maneira, é uma linguagem e uma forma compostas de uma série de normas e de uma gramática, esses “conflitos incoerentes” não eram senão um estágio informe, anterior à verdadeira guerra, alguma coisa ainda não estruturada e, conseqüentemente, desprovida de significação, um conflito a-cultural de certa forma. Ausência de sentido unicamente aos olhos desses oficiais, devido ao modelo de racionalidade que eles aplicavam, com o qual era impossível atribuir um sentido qualquer às ações da guerrilha árabe. De fato, porém, e como o assinala Lucien Poirier, alguns parágrafos abaixo, esses movimentos não eram ações sem objetivo, sem sentido; simplesmente eles seguiam uma outra lógica, uma lógica, se podemos dizer, “fluida”, “descentrada”:

No entanto, eles davam um sentido e uma forma, sempre fugitivas ou abortadas, a forças latentes ou indeterminadas. Eles montavam manobras, envolviam-se em batalhas que se opunham às regras da arte, mas não menos calculadas que aquelas dissecadas em nossas antologias (Poirier, 1997a:19).

Uma estratégia de dissolução do sentido

Do ponto de vista semiótico, se observamos a narrativa da revolta árabe e a teorização que dela fez Lawrence, temos a impressão de que nós, semioticistas, nos encontramos diante de um problema similar ao dos estrategos. Pela leitura dos textos de Lawrence, percebemos que uma semiótica narrativa padrão encontra dificuldades, como indicava Poirier, para dar sentido à ação árabe. Ela escapa a uma explicação em termos rigorosamente narrativos, porque essas ações, como vamos ver, não chegam a constituir uma narrativa ou uma narração nas quais possamos reconhecer um sujeito ou um programa narrativo. Ela parece um fato sem significação, pelo menos do ponto de vista da semiótica narrativa e discursiva clássicas, porque a guerrilha rompe com uma inteligibilidade sob forma de narrativa.

A descrição que Lawrence faz da maneira de agir dos árabes lembra certas idéias de Gilles Deleuze e Félix Guattari – que, aliás, conhecem muito bem a obra do escritor inglês – a propósito de Kafka. Falando de *O Castelo*, eles o comparam a uma toca; o castelo é um rizoma que tem “*entradas múltiplas* cujas leis de uso e de distribuição não se conhecem bem”. O objetivo desse rizoma seria, segundo Deleuze e Guattari (1975:7), “impedir a introdução do inimigo, o Significante”, e afastar todas as tentativas de interpretação, como se houvesse uma estratégia de dissolução do significante por meio da construção de um “*continuum* de intensidades que não vale senão por si mesmo” (1975:24) e “que se desenvolve evitando toda orientação sobre um ponto culminante ou em direção a um fim exterior” (1980:32). A guerrilha apresentada por Lawrence teria então uma estratégia que procura apagar toda inteligibilidade narrativa pelo cumprimento de ações sob a forma de singularidades intensas, não dando lugar a uma possível interpretação oriunda de uma lógica semionarrativa. A narrativa, como diz Deleuze (1981:9-11), é elaborada pela extração ou pelo isolamento de ações. Assim, cada ação da guerrilha é uma simples intensidade que não podemos relacionar com nenhuma outra. Os golpes dados pela guerrilha, que em geral não começam a batalha, são singularidades intensas que não se resolvem na extensão e não se explicam pelo nível narrativo e discursivo.

A Revolta árabe, em termos semióticos, parece apenas existir no nível tensivo, como se ela não chegasse a ultrapassar esse nível por meio de uma articulação qualquer:

Mas suponham que os árabes sejam uma influência, qualquer coisa de invulnerável, de intangível, sem frente nem retaguarda, movendo-se como um gás. [...] Os árabes poderiam muito bem ser um vapor soprando onde aquilo lhe cantava (Lawrence, 1990:1129).

Podemos afirmar que estamos, como os turcos estavam, diante de uma espécie de massa não conformada, não estruturada: a guerrilha representa uma espécie de espaço tensivo feito unicamente de modulações e de tensões sem “uma orientação sobre um ponto culminante”, ou seja, sem ter ainda sofrido polarização. Desse ponto de vista, os ataques e os movimentos dos árabes não parecem ter, aos olhos do exército turco, que se obstina a ver esses ataques e esses movimentos do ponto de vista da gramática estratégica tradicional, nem direção nem sentido. A essa coisa intangível e gasosa que é a guerrilha, os turcos opõem um exército tradicional, a respeito do qual Lawrence (1990:1129) afirma: “Os exércitos são como plantas, imóveis no seu conjunto, solidamente enraizadas, nutridas pelos longos caules subindo até a copa”.³

Na verdade, são sistemas incompatíveis que se opõem. De um lado, os turcos com um sistema articulado: um objetivo bem definido e um objeto-valor claro, a tomada ou a defesa de uma fortificação, por exemplo; um programa narrativo mais ou menos previsível; uma ação conhecida, a batalha; uma temporalidade e um espaço definidos, os da batalha tal como era descrita nos manuais das escolas de guerra; e uma actorialização precisa, as unidades do exército. De outro, os árabes, criando esse espaço tensivo inarticulado, feito unicamente de singularidades intensas, de golpes de mão, sem um objeto-valor e, conseqüentemente, sem um programa narrativo previsível, a continuidade de seus *razzias* sempre indiscernível, e com um nível discursivo que, por ser indefinido, podemos dizer inexistente, ficando os atores, o tempo e o espaço da ação árabe sempre muito vagos. Em outros termos, dois sistemas irreduzíveis que não podem manter interação possível:

Os turcos eram estúpidos e os alemães, dogmáticos. Eles iam ver na Revolta um absoluto como a guerra; eles a tratariam de maneira análoga. [...] Servir-se da guerra contra uma revolta é um procedimento também inapropriado e tão lento como tomar sopa com uma faca (Lawrence, 1992:229).

³ Lembramos aqui que, para Deleuze e Guattari, o inverso da estrutura rizomática é precisamente um sistema arborescente com o que ele tem de hierárquico, organizado, orientado.

Essa estratégia exclusivamente intensa procede, não por batalhas, mas por incursões pontuais e rápidas, por “toques e dobres”, o que nos faz lembrar a distinção feita por Barthes entre o *punctum* e o *studium*. O *punctum* é intenso e da ordem do sensível, do passional, e o *studium*, em contrapartida, pertence ao campo do inteligível, é o sintagmaticamente desenvolvido (Barthes, 1980). Uma estratégia fundamentada então em ações pontuais é também uma estratégia passional: ela desencadeia uma tensão e uma incerteza permanente entre os turcos, devido aos golpes surpresa contínuos: “O *punctum* de uma foto é esse acaso que, nela, aponta para mim (mas também me fere, me apunhala)” (Barthes, 1980:49). Os turcos não têm o tempo, digamos, de digerir um sobressalto que lhes sobrevém um outro. Em outros termos, a intensidade de cada ação não chega a se explicar na extensão, não pode se tornar compreensível porque ela não tem continuidade:

A maior parte das guerras são guerras de contato em que as forças inimigas se enfrentam para evitar as surpresas táticas. Nossa guerra será para nós uma guerra de afastamento. Devemos conter os turcos pela ameaça silenciosa de um vasto deserto desconhecido que apenas revelaria nossa presença no momento de um ataque (Lawrence, 1992:1130-1).

Essa inteligibilidade, cuja condição era a continuidade sintagmática das ações dos árabes, tinha dois modos de se realizar:

- 1) A ação pontual, intensa, que não termina em si mesma, dá lugar a alguma outra possibilidade. Esse não é o caso na Revolta árabe, em que a cada ação não se seguia uma ocupação ou uma fortificação: “A tática consistia sempre em proceder por toques e dobres [...]. O exército árabe não procurou jamais conservar ou melhorar uma vantagem, mas retirar-se e ir bater em outro lugar” (Lawrence, 1992:1134).
- 2) A segunda forma de explicação da intensidade poderia vir da reconstrução de uma espécie de sintaxe, ligando novamente essas ações pontuais, de forma que se possa reconhecer um sentido, uma direção e um significado nessas incursões: “Procurávamos um máximo de irregularidade e de leveza. A diversidade desorientava os serviços de informação inimigos” (Lawrence, 1992:1135).

A forma e o ritmo dos *razzias* árabes não permitem, portanto, aos turcos tirar deles uma regra tanto do conteúdo – nada estando menos claro do que o objetivo final desses *razzias* – quanto da expressão, porque é impossível aí traçar novamente uma regularidade qualquer. Trata-se, portanto, de um sistema –

se é que de sistema se trata – sem nível sintagmático, estando essa “semiótica árabe” desprovida das características que definem esse nível. Não há, entre as diversas ações, nem uma relação do tipo “e... e”, nem uma relação de seleção ou de solidariedade, estando todas as ações, como vimos, desconectadas entre si. Além disso, se pensarmos que um sintagma se caracteriza também pela relação hipotática, que liga seus elementos à unidade superior que eles constituem, e que uma estratégia pode ser essa unidade superior de ações de guerra, podemos então concluir que a Revolta árabe não tem essa outra característica sintagmática. As ações árabes parecem ser puros acontecimentos imanentes, golpes táticos dos quais não resulta estratégia possível, porque nenhuma unidade superior transcende a esses golpes. Por outro lado, é interessante constatar que, para Lawrence, a distinção entre estratégia e tática não tem sentido:

A primeira confusão a evitar residia em uma falsa oposição entre a estratégia, objetivo da guerra, síntese reatando cada fração ao conjunto, e os meios táticos tendendo a um objetivo estratégico como os degraus sucessivos de uma escada. Eu via, de minha parte, nessas antíteses, apenas uma mudança de ponto de vista (Lawrence, 1992:226).

Poderíamos objetar que essa ausência de estratégia e de uma dimensão sintagmática existia apenas aos olhos dos turcos. O problema, entretanto, é inteiramente outro: a impossibilidade de interpretar um sistema feito exclusivamente de uma série de acontecimentos por meio de uma lógica estratégica que, em termos semióticos, corresponderia ao que chamamos semiótica padrão, enquanto teria sido necessária aos oficiais turcos uma “semiótica tensiva” ou uma problemática do “ajustamento” entre os beligerantes. Essa idéia de falta de estratégia é ainda confirmada pelo próprio Lawrence em uma passagem de *Seven Pillars of Wisdom*, quando uma grande parte da guerra já tinha se desenrolado:

meu espírito se esclareceu, meus sentidos tornaram-se mais agudos e me pus a refletir sobre a Revolta Árabe [...]. Há muito eu deveria ter considerado a questão sobre todos os ângulos; mas quando cheguei ao Hedjaz a ação não podia esperar. Instintivamente, nós fizemos o que nos parecia o melhor sem questionar o porquê de nossos atos, sem nem mesmo formular claramente nosso objetivo. [...] Pouco a pouco, através de minha reflexão, apontava o início de uma certeza: nós já havíamos ganhado a guerra do Hedjaz! [...] definitivamente ganhado, desde a tomada de El Qued, se nós tivéssemos tido consciência disso (Lawrence, 1992:221-3).

É muito difícil concluir, a partir desses fragmentos, sobre a existência de uma estratégia nas ações dos árabes. Eles nem sabiam que haviam ganhado a

guerra, o que freqüentemente ocorre em guerras cuja sorte apenas é conhecida pela reconstrução *a posteriori*.

Até aqui, enfatizamos a inexistência de uma verdadeira dimensão narrativa na estratégia árabe, e se, nesse nível, constatamos a ausência de alguns dos elementos necessários à sua constituição, o mesmo podemos dizer do nível discursivo. Com a discursivização, assistimos uma vez mais a uma estratégia de dissolução do sentido. Se observarmos atentamente os procedimentos de discursivização, não nos surpreenderemos, de fato, ao ver turcos desconcertados e derrotados pelas incursões árabes. No que concerne à temporalização, considerando que os ataques dos árabes representam sempre uma surpresa, mas que, além do mais, não são seguidos de instalação em uma narrativa que introduziria uma crono-lógica, podemos concluir pela abolição de uma temporalidade “inteligível”. Se a cada ação sucede uma nova desapareição, salvo no caso preciso da tomada de Akaba, o sujeito, nesse caso os turcos, é atacado sem conseguir dar um sentido ao tempo entre as duas ações, o qual se torna um não-tempo, porque o golpe pode chegar a qualquer momento, ou pode mesmo não chegar, a exemplo do comportamento anárquico dos árabes. Podemos dizer o mesmo tanto da espacialização quanto da temporalização. A infinitização do espaço é equivalente nesse caso ao não-espaço. As referências à ubiqüidade, nos textos de Lawrence, são explícitas: “Podíamos ser um vapor, um espírito soprando onde quiséssemos, nosso reino era na alma de cada um e, como não tínhamos nenhuma necessidade material, não ofereceríamos nada de material ao massacre” ou “a Revolta levantaria a cabeça em cada um dos trezentos mil quilômetros quadrados inocuados”(Lawrence, 1992:227)⁴, ou ainda:

Essas operações tinham um caráter semelhante àqueles da guerra no mar, por sua mobilidade, sua ubiqüidade, sua independência em relação às bases e aos meios de comunicação, sua ignorância das características do terreno, das zonas estratégicas, das direções e dos pontos definidos (Lawrence, 1992:1133).

A ubiqüidade é, em grande medida, sinônimo de não-espacialidade: o todo enfim remete a uma espécie de parte alguma para exércitos habituados, como diz Lawrence, a obedecer e a agir em um espaço de ações geometrizado, cartografiado. Enfim, pode-se perguntar, quando se trata da actorialização, que tipo de atores são esses árabes, irregulares, que não constituem nada comparável a uma unidade militar, sem hierarquia, não obedecendo a nenhuma disciplina, que hoje combatem e amanhã, como afirma Lawrence, aborrecidos ou pouco convencidos,

⁴ É interessante constatar que a Revolta eclode no lugar em que não estão os turcos.

podem recuar, agindo “como uma influência, uma idéia, um gás” – árabes que, durante a guerra, os turcos quase não chegam a ver quando os atacavam.

Uma retórica estratégica

Como conclusão, pensamos que, se esse modelo de comportamento estratégico escapa à inteligibilidade, é primeiramente porque é quase inteiramente do tipo sensível e emocional. Se o desdobramento narrativo e discursivo é a condição de inteligibilidade, um sistema funcionando exclusivamente por golpes intensos, portanto emotivos, só seria suscetível de ser compreendido à luz de uma “semiótica dos acontecimentos”, na qual a narratividade não é senão uma das formas possíveis do sentido (Zilberberg, 1999), ou, melhor ainda, à luz de uma problemática ampliada da interação, capaz de integrar a dimensão sensível (Landowski, 2004).

O dispositivo tensivo que caracteriza a guerrilha tem uma existência quase unicamente virtual sob forma de ameaça. Ora, não se trata de uma ameaça precisa, concreta, mas de uma ameaça absoluta, constante e indefinida: “conter o inimigo por uma ameaça silenciosa de um vasto deserto desconhecido” (Lawrence, 1992:1131).

Essa ameaça é renovada e alimentada cada vez que sobrevém um golpe dos árabes. A ameaça, virtual, em vez de desaparecer depois de cada ação, persiste e aumenta. A realização da ameaça não a dissolve, ao contrário, a reforça, porque todo acontecimento intenso é seguido, não de uma resolução – cognitiva ou passional – mas de um outro acontecimento intenso, de outra saliência, evidência emocional. Em outras palavras, a realização revirtualiza a ameaça.

A dificuldade para apreender e explicar o funcionamento e a forma desse gênero de comportamento estratégico poderia ser atribuída, em grande parte, a uma retórica estratégica constituída pela descrição e pela tipologia do que se poderia chamar “motivos estratégicos”, isto é, figuras estratégicas colocadas entre os discursos e as ações estratégicas e os modelos meta-estratégicos. Diferente dos motivos em etnoliteratura, essas figuras estratégicas (manobras, movimentos, *ultimatum*, parada, simulação) não seriam exclusivamente figurativas; elas podem se manifestar sob a forma de configuração modal ou aspectual, por exemplo, como no caso do *ultimatum*, ou simplesmente modal, como no caso de figuras do gênero “incendiar seus navios”. A descrição desse gênero de figuras permitirá, então, além de melhor compreender a relação entre a “improvisação” estratégica e os modelos teóricos, encontrar a passagem entre uma práxis discursiva e sua estabilização e modelização.

Referências

- BARTHES, R. (1980). *La chambre claire. Les cahiers du cinéma*. Paris: Gallimard-Seuil.
- CHARNAY, J. P. (1992). *Stratégie générative: de l'anthropologie à la géopolitique*. Paris: PUF.
- DE LANDA, M. (1991). *War in the age of intelligent machines*. Nova York: Zone Books.
- DELEUZE, G. (1981). *Francis Bacon: logique de la sensation*. Paris: Editions de la Différence.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1975). *Kafka: pour une littérature mineure*. Paris: Minuit.
- _____. (1980). *Mille plateaux*. Paris: Minuit.
- HANSON, V. D. (1989). *The western way of war*. Oxford: Oxford University Press.
- JOXE, A. (1991). *Voyage aux sources de la guerre*. Paris: PUF.
- JULLIEN, F. (1996). *Traité de l'efficacité*. Paris: Grasset.
- LANDOWSKI, E. (2003). De la stratégie, entre programmation et ajustement, avant-propos à E. Bertin, Penser la stratégie dans le champ de la communication. *Nouveaux Actes Sémiotiques*, XV, 89.
- _____. (2004). *Passions sans nom*. Paris: PUF.
- _____. (2005). Pratiques du sens, gestion du risque. In: BERTRAND, D. (ed.). *Transversalité du sens*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Saint-Denis.
- LAWRENCE, T. E. (1992). *Sept piliers de la sagesse*. Paris: Payot.
- _____. (1990). La guerre de guérilla. In: CHALIAND, G. (ed.). *Anthologie mondiale de la stratégie*. Paris: Laffont.
- POIRIER, L. (1997). *Le chantier stratégique*. Paris: Hachette.
- _____. (1997a). *T. E. Lawrence, stratège*. Paris: L'Aube.
- ZILBERBERG, C. (1993). Le schéma narratif à l'épreuve. *Protée*, 21, 1. Québec: Presses de l'Université du Québec.
- _____. (1999). Contraintes schématiques et discursivité. *Seminario de estudios de la significación: semiótica tensiva y formas de vida*. Puebla: Universidad Autónoma de Puebla.

JUAN ALONSO ALDAMA é pesquisador e professor da Universidade de Saint-Denis - Paris 8, nas áreas de sociossemiótica, semiótica e comunicação. Entre suas publicações recentes estão: "Comunicazione e contagio: dalla massa sociale all'attante coletivo". In: Giovanni Manetti (ed.), *Il contagio e i suoi simboli*, ETS, Pisa, 2003; "La quête du manque. Le bricolage dans le discours du nationalisme basque". In: Claude Calame e Isabelle Klock-Fontanille (eds.), *Le discours historique et l'invention de la tradition*, Paris, L'Harmattan, 2003. alonsoj@club-internet.fr

*Artigo recebido em 28 de fevereiro
e aprovado em 20 de junho de 2005*